

# política

## União suspenderá dívida do RS por três anos

Com taxa de juros zero no período, medida deve dar um alívio de R\$ 11 bilhões aos cofres do governo gaúcho

/ CLIMA

O governo federal vai suspender a dívida do Rio Grande do Sul com a União por três anos, período em que a taxa de juros cobrada sobre as parcelas cairá a zero. O Estado é duramente atingido por fortes chuvas e inundações e contabiliza prejuízos bilionários, além de milhares de desabrigados.

A medida deve dar um alívio de R\$ 11 bilhões ao governo gaúcho. Municípios em situação de calamidade e que têm dívida com o governo federal também serão alcançados pelo benefício.

Os detalhes foram anunciados oficialmente na tarde de ontem, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que prometeu retornar ao RS amanhã para novos anúncios de medidas aos atingidos pelas cheias, teve uma reunião virtual com o governador Eduardo Leite (PSDB).

A proposta prevê que o dinheiro economizado deve ser integralmente destinado a um fundo público específico, a ser criado pelo ente para financiar ações de enfrentamento e mitigação dos



Eduardo Leite participou de reunião virtual com o presidente Lula

danos decorrentes da calamidade pública, bem como suas consequências sociais e econômicas.

As ações poderão incluir obras de reconstrução, melhoria ou ampliação da infraestrutura afetada, mitigação de efeitos do fenômeno que causou a calamidade, contratação de mão de obra temporária, financiamento e subvenções para remoção de famílias e empresas de áreas de risco, aquisição de materiais e equipamentos e contratação de servi-

ços necessários ao enfrentamento da tragédia.

O governo federal já vinha estudando suspender a cobrança dos juros sobre a dívida do Rio Grande do Sul para evitar que o governo estadual retome os pagamentos devendo um valor ainda maior à União.

A proposta articulada pelo Executivo federal prevê que os valores suspensos serão reincorporados ao saldo devedor, atualizados no período pelo IPCA (Índice Na-

cional de Preços ao Consumidor Amplo). Hoje, estados e municípios pagam IPCA mais uma taxa real de 4% ao ano.

As mudanças serão encaminhadas por meio de projeto de lei complementar ao Congresso Nacional.

A proposta do Executivo federal é criar um arcabouço permanente para permitir a suspensão de dívidas de estados em caso de calamidade reconhecida pelo Congresso Nacional.

O Rio Grande do Sul e os municípios gaúchos poderão fazer uso imediato do gatilho, mas o instrumento poderá eventualmente ser acionado por outros entes, caso haja um novo evento dessa natureza no futuro.

O texto do Executivo estabelece regras para que o ente beneficiado demonstre e dê publicidade à aplicação dos recursos, comprovando a correlação entre o alívio na dívida e as ações desenvolvidas dentro do escopo previsto da calamidade.

O governo estadual ou municipal terá um prazo para apresentar o plano de trabalho ao Ministério

da Fazenda. A cada ano, também precisará enviar um relatório comprovando a aplicação das verbas.

Em contrapartida à ajuda, o ente beneficiado não poderá, no período da calamidade, criar ou ampliar despesas correntes sem relação com a calamidade, nem instituir ou ampliar renúncias fiscais fora do plano de ação contra a emergência. Exceções deverão ser justificadas à Fazenda.

Inicialmente, o governo federal planejava suspender a dívida do Rio Grande do Sul durante o período da calamidade. Lula propôs e o Congresso aprovou um decreto legislativo que reconhece o estado de calamidade pública, em decorrência da tragédia climática no Rio Grande do Sul, com duração até 31 de dezembro de 2024.

Nesse período, o alívio seria de R\$ 3,5 bilhões. O período da suspensão, porém, foi ampliado em negociações internas dentro do governo. Especialistas calculam uma necessidade de até R\$ 100 bilhões para o Estado conseguir recuperar sua infraestrutura após os danos causados pelas enchentes.

## Leite vê avanço, mas avalia que decisão do governo federal sobre passivo é insuficiente

Nicolas Pasinato, com agências  
nicolasp@jcrs.com.br

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), afirmou que a medida de suspensão da dívida do Estado por 36 meses anunciada pelo governo federal ontem representa um importante passo para a reconstrução do Rio Grande do Sul, após ser duramente atingido por enchentes. O governador gaúcho, porém, afirmou que a medida é insuficiente, reivindicou a quitação das parcelas e disse que novas demandas serão solicitadas à União nos pró-

ximos dias.

“A nossa demanda inclui um pedido de quitação desses valores (da dívida) que até aqui não se viabilizou, mas entendemos este ser um passo, sem prejuízo de tantos outros que serão necessários, até porque, a cada dia que passa, são observadas novas dimensões de atingimento desta crise”, comentou Leite, em reunião com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Leite reforçou que, mesmo antes da devastação causada pelas enchentes, o Piratini já enfrentava dificuldades relacionadas à dívida

o que, segundo ele, demandava do governo estadual um grande esforço para ter as contas em dia. “A situação antes já era dramática, mas diante dessa tragédia a dívida se transforma em um torniquete insuportável”, citou. O governador avalia, no entanto, que será preciso pensar em “soluções mais perenes” de longo prazo para o Estado, o que envolverá a rediscussão do tema por parte das futuras gestões que estarão à frente do Rio Grande do Sul.

Além de Lula e de Leite, participaram do encontro o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG),

o ministro do STF Edson Fachin e os ministros da Fazenda, Fernando Haddad; da Casa Civil, Rui Costa; da Gestão, Esther Dweck; e da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, além do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

A decisão já gerou repercussões na Assembleia Legislativa gaúcha. O deputado Adão Pretto Filho (PT) informou que enviou um ofício ao gabinete do governador Eduardo Leite no qual solicita a retirada do decreto que acaba com incentivos fiscais de itens da cesta básica. A medida entrou em vigor no dia 1º de maio e segue vi-

gente, tendo como consequência o aumento de preços sobre alguns produtos no Estado, como o pão e o leite, que deixaram de ser isentos de tributação e passaram a ter alíquota de ICMS de 12%. Outros itens, como carnes, açúcar, café, erva-mate, feijão, arroz tiveram reajuste de 7% para 12% na alíquota do imposto.

Para o deputado “é inadmissível que, em meio a essa catástrofe, as pessoas estejam pagando mais caro pelos itens mais básicos da cesta. Precisamos dessa contrapartida do governador”, reivindicou o deputado.

## Rio Grande do Sul repassará parte de doações por Pix a cerca de 45 mil famílias

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), confirmou ontem que a maior parte dos R\$ 93,47 milhões doados por pessoas de todo o Brasil e do exterior via Pix serão distribuídos na forma de um auxílio emergencial de R\$ 2 mil para 45 mil famílias afetadas pelas fortes chuvas que atingem o Estado desde o final de abril. “Estamos estimando ajudar cerca de 45 mil famílias”, informou

Leite, durante coletiva de imprensa. Segundo ele, parte do valor recebido será dividido entre famílias desabrigadas ou desalojadas de cidades em situação de calamidade pública reconhecida pela Defesa Civil estadual.

“Os recursos irão diretamente para as mãos das pessoas. Para estimulá-las a reconstruir suas vidas”, comentou Leite, acrescentando que também poderão requerer o auxí-

lio as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) ou no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

Para ser contemplada, a família não pode ter renda superior a três salários-mínimos, nem ser beneficiária do programa estadual Volta Por Cima, que destina R\$ 2,5 mil para famílias pobres e extremamente pobres - e para o qual o governo gaúcho afirma já ter liberado cerca

de R\$ 50 milhões.

Para acelerar a chegada de recursos às vítimas de enchentes, o critério de distribuição começará pelas áreas mais afetadas que já tenham condições de iniciar o processo de recuperação e reconstrução. “Claro que R\$ 2 mil não resolve tudo, mas é uma ajuda importante para muita gente que perdeu tudo. E haverá outros programas feitos em parceria com o governo federal

e com as prefeituras para podermos atender pessoas com renda familiar até 3 salários-mínimos.”

Leite prometeu que a aplicação dos recursos será feita com total transparência, com a publicação de informações nos portais oficiais, incluindo a relação das famílias atendidas. Além disso, a empresa de consultoria Ernest Young vai auditar a prestação de contas do comitê gestor.